



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**CARTA CONTRATO Nº 25/2021**

**CARTA-CONTRATO N. 25/2021/TRE-RO**

**PROCESSO SEI N. [0003174-23.2021.6.22.8000](#)**

**CARTA-CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR MEIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, E A EMPRESA MENDES & LOPES PESQUISA, TREINAMENTO E EVENTOS LTDA, PARA FINS DE ASSINATURA ANUAL DO PERIÓDICO TRIMESTRAL “REVISTA JML DE LICITAÇÕES E CONTRATOS”, EM SUA FORMA DIGITAL.**

**CONTRATANTE:** A UNIÃO, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, CNPJ n. 04.565.735/0001-13, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa União, CEP: 76.805-901, município de Porto Velho, Estado de Rondônia, neste ato representado por sua Diretora Geral, Senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, Cédula de Identidade RG n. 294.893-SSP/RO e CPF n. 475.106.849-00.

**CONTRATADA:** Empresa **MENDES & LOPES PESQUISA, TREINAMENTO E EVENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº. 07.777.721/0001-51, com sede na Rua Mandaguaçu, nº 534, Sobreloja, Bairro Emiliano Perneta, CEP: 83.324-430, Município de Pinhais, Estado de Paraná, Telefones: 41 3595-9994 / 3595-9993 / 3595-9999, Fax: 41 3595-9953, E-mail: [juliano@eventosjml.com.br](mailto:juliano@eventosjml.com.br), neste ato representada pelo Senhor **JULIANO JOSÉ LOPES**, brasileiro, Empresário, Cédula de Identidade RG n. 7104246-4/SSP-PR e CPF n. 008.535.249-71.

**LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:** Lei 8.666/1993 (Licitações e Contratos), Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral, Instrução Normativa TRE-RO 04/2008 e Resolução TSE n. 23.234/2010, e, supletivamente, Lei 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e Lei 10.406/2002 (Código Civil).



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**FUNDAMENTO LEGAL:** Contratação direta por Inexigibilidade de licitação, fundamentada no artigo 25, *caput*, da Lei n. 8.666/93.

**Ato de autorização da despesa e de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação:** Despacho n. 1654/2021 - PRES/DG/GABDG (evento [0766362](#)), de 29/11/2021.

**DO OBJETO**

**(Artigo 55, I e XI, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – O objeto desta Carta-Contrato é a aquisição de assinatura anual do periódico trimestral “Revista JML de Licitações e Contratos”, em formato digital, com conteúdo voltado a Licitações e Contratos (Plano 7), conforme descrição constante no Projeto Básico respectivo e Proposta Comercial da CONTRATADA (evento [0754067](#)).

**Subcláusula Única** – Vinculam-se à presente Carta-Contrato, independente de transcrição, o Projeto Básico respectivo e seus anexos, a Proposta Comercial da CONTRATADA e o Ato de Autorização da Despesa e de Ratificação da Inexigibilidade de Licitação.

**DA VIGÊNCIA**

**(Artigo 57, *caput* e seu § 3º, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA SEGUNDA** – O prazo de vigência desta Carta-Contrato é de 12 (doze) meses, a contar de 31/12/2021, não podendo ser prorrogado.

**DO VALOR**

**(Artigo 55, III e V, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA TERCEIRA** – O valor desta Carta-Contrato é de **R\$ 1.200,00** (um mil e duzentos reais), conforme proposta da empresa CONTRATADA.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Subcláusula Única** - As despesas com a execução da presente Carta-Contrato correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento ordinário para o exercício de 2021 da Justiça Eleitoral de Rondônia, Programa de Trabalho: 02122003320GP0011, Elemento de Despesa 33.90.39-01, conforme Nota de Empenho n. 2021NE000409, de - 01/12/2021, e consoante detalhamento abaixo:

<b>FONTE ORÇAMENTÁRIA</b>	
CATEGORIA (TIPO DE ORÇAMENTO)	Ordinário
AGREGADOR	Operação dos Serviços Administrativos
DESPESA AGREGADA	Assinaturas de Periódicos e Anuidades
PLANO INTERNO	AOSA ASSINA

**DO PAGAMENTO**

**(Artigo 55, III, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA QUARTA** - O CONTRATANTE efetuará o pagamento à CONTRATADA, em parcela única, mediante ordem bancária - ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras – através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, em até 05 (cinco) dias úteis, contados da data de apresentação da Fatura/Nota Fiscal, regularmente certificada pela Seção de Editoração, Publicação e Memória Eleitoral do TRE-RO, aplicadas as retenções legais.

**Subcláusula Primeira** – A fatura/nota fiscal só poderá ser emitida após o início da prestação do serviço contratado.

**Subcláusula Segunda** – Para efetuar o pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar situação de regularidade perante a Fazenda Pública Federal, Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Justiça do Trabalho, além de certidão NEGATIVA junto



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça.

**Subcláusula Terceira** - Caso o CONTRATANTE identifique alguma divergência ou pendência que impeça o pagamento, notificará a CONTRATADA para a devida regularização, sendo que o prazo para pagamento será contado a partir da regularização da pendência ou divergência.

**Subcláusula Quarta** - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento ou realinhamento de preços.

**Subcláusula Quinta** - Será considerado como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**Subcláusula Sexta** - O CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA que porventura não tenha sido acordada neste instrumento contratual.

**Subcláusula Sétima** - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{100}$$

$$I = \frac{(6/100)}{100}$$

$$I = 0,00016438$$



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

365

365

**TX** = Percentual da taxa anual = 6%.

**Subcláusula Oitava** - A compensação financeira prevista nesta cláusula será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

**DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL**

**(Artigo 67 da Lei 8666/93)**

**CLÁUSULA QUINTA** – No TRE-RO, a gestão desta contratação será exercida pelo titular da Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação – CJD, e a fiscalização, incluindo a certificação da nota fiscal, desta contratação será exercida pelo titular da Seção de Editoração, Publicação e Memória Eleitoral – SEPM, ou por seus respectivos substitutos, em suas ausências, aos quais competem, nessas condições, todas as atribuições estipuladas pela Instrução Normativa nº 04/2008/TRE-RO.

**Subcláusula Primeira** - A atuação ou a eventual omissão da Gestão e da Fiscalização durante a execução desta carta contrato não poderão ser invocadas para eximir a CONTRATADA da responsabilidade pelo seu cumprimento.

**Subcláusula Segunda** - A comunicação entre a fiscalização e a CONTRATADA será realizada através de correspondência oficial e anotações, utilizando-se mensagens eletrônicas (e-mails) e Correios.

**Subcláusula Terceira** - O recebimento provisório dar-se-á pela Seção de Editoração, Publicação e Memória Eleitoral deste Tribunal, quando da entrega da Nota Fiscal contendo os serviços prestados e, definitivamente, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento provisório.

**DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**(Artigo 55, VII, da Lei 8.666/93)**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **CLÁUSULA SEXTA – São obrigações do CONTRATANTE:**

1. Proceder os pagamentos nos termos especificados na Carta-Contrato;
2. Fornecer, a qualquer tempo e com a máxima presteza, mediante solicitação escrita da CONTRATADA, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-la em todos os casos julgados necessários;
3. Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade observada na execução desta Carta-Contrato, fixando-lhe prazo para corrigi-la, sendo que a reincidência poderá acarretar a aplicação das sanções previstas neste instrumento;
4. Rejeitar o fornecimento efetivado em desacordo com o previsto nesta Carta-Contrato e no Projeto Básico respectivo.
5. Promover o recebimento definitivo, por meio da Seção de Editoração, Publicação e Memória Eleitoral do TRE-RO, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da disponibilização *on-line* do periódico, e a disponibilização das senhas para 10 (dez) acessos simultâneos, se atendidas todas as exigências;
6. Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidos neste Instrumento;
7. Fiscalizar o cumprimento das obrigações por parte da CONTRATADA;
8. Constar, em registro próprio, todas as ocorrências relevantes constatadas durante a execução da Carta-Contrato;
9. Comunicar-se com a CONTRATADA preferencialmente por escrito, devendo esta ser notificada quando da constatação de qualquer pendência;
10. Controlar a execução financeira da Carta-Contrato dentro dos limites, condições e prazos estabelecidos; e
11. Cumprir as demais obrigações consignadas neste instrumento contratual.

### **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**(Artigo 55, II, VII e XIII, da Lei 8.666/93)**

### **CLÁUSULA SÉTIMA – São obrigações da CONTRATADA:**

1. Cumprir fielmente o contrato, nos termos, preços e prazos acordados, de modo que os produtos sejam fornecidos conforme proposta comercial, ressalvado ao contratante o direito de, a qualquer tempo e sempre que julgar necessário, proceder à análise dos produtos fornecidos, ficando o ônus a cargo exclusivo da CONTRATADA;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2. Disponibilizar suporte técnico, de segunda a sexta-feira, de 8h às 18h (horário de Brasília), objetivando a resolução e o esclarecimento de problemas e dúvidas quanto ao conteúdo contratado;
3. Responsabilizar-se por todas as obrigações e todos os encargos decorrentes das relações de trabalho com os profissionais contratados, previstos na legislação pátria vigente, sejam de âmbito trabalhista, previdenciário, social, securitários, bem como com as taxas, impostos, frete e outras que incidam ou venham a incidir sobre o serviço ora contratado;
4. Manter, durante a execução da Carta-Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação, devendo comunicar ao TRE-RO, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a execução da Carta-Contrato;
5. Informar imediatamente ao TRE-RO a ocorrência de qualquer problema técnico, que venha ocasionar a indisponibilidade do produto objeto da contratação;
6. Não transferir ou subcontratar, no todo em parte, o objeto contratado, bem como transferir ou ceder a terceiros o crédito respectivo, ficando obrigada perante o CONTRATANTE, pelo exato e fiel cumprimento das obrigações contratuais estabelecidas neste instrumento;
7. Assumir total responsabilidade por quaisquer ônus decorrentes de marcas, registros e patentes, relativos ao objeto contratado;
8. Fornecer senha personalizada para acesso *on-line* dos conteúdos das publicações via internet durante a vigência da Carta-Contrato, observando que:
  - a) A senha de acesso exclusivo deverá ser encaminhada à Chefia da Seção de Editoração, Publicação e Memória Eleitoral do TRE-RO, a quem compete às funções de gestão e fiscalização da Carta-Contrato;
10. Manter-se regular perante a Fazenda Pública Federal, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Justiça do Trabalho, além de manter-se apta para obtenção de certidão NEGATIVA junto ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça, durante o período contratual;
11. Substituir, reparar/corrigir/refazer às suas expensas, no prazo determinado pelo gestor da Carta-Contrato, contados de sua notificação, os serviços e objetos entregues em desacordo com as especificações exigidas e/ou contendo falhas, imperfeições ou irregularidades;
12. Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte do CONTRATANTE, cabendo-lhe prestar todos os esclarecimentos solicitados e acatar reclamações formuladas;
13. Responsabilizar-se pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto ora





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

contratado, não podendo ser arguido, para efeito de exclusão de responsabilidade, o fato de o Contratante proceder ou não a fiscalização ou o acompanhamento da execução dos referidos serviços;

14. Informar imediatamente à fiscalização qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a execução dos serviços para a adoção das medidas cabíveis;

15. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, atendendo à conveniência e necessidades do Contratante, acréscimos ou supressões do objeto da presente Carta-Contrato em até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor total desta contratação, na forma do artigo 65, § 1º e § 2º, da Lei 8.666/93, estando as supressões acima desse percentual condicionadas à acordo entre as partes, conforme § 2º, caput e inciso II, do mesmo diploma legal, observado o que segue:

16. Os limites de alteração à contratação serão considerados de forma isolada, ou seja, tomando-se o conjunto de reduções e o conjunto de acréscimos, sempre calculados sobre o valor original deste instrumento, sem que haja compensação entre eles, conforme reiterada decisões do TCU (Acórdãos 1.981/2009, 749/2010, 906/2012 e 517/2012 – Plenário);

17. Apresentar os eventuais pedidos de prorrogação do prazo de entrega/execução de serviços dentro dos prazos inicialmente definidos para o cumprimento dessas obrigações, observando os procedimentos a seguir:

a) Os pedidos deverão ser encaminhados à Coordenadoria de Material e Patrimônio do TRE/RO, unidade competente para, colhida a manifestação do Fiscal do Contrato, decidir acerca desses requerimentos; e

b) Somente serão processados os pedidos protocolados dentro dos prazos para entrega e substituição do bem, conforme prazos e circunstâncias estabelecidas na Instrução Normativa nº 004/2008-TRE-RO.

18. Emitir nota fiscal/fatura, nos moldes estabelecidos nesta contratação; e

19. Cumprir as demais obrigações impostas contratualmente pelo TRE-RO.

## **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**(Artigo 55, VII, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA OITAVA** – Pelo eventual descumprimento dos prazos e condições previstas nesta Carta-Contrato, no Termo de Referência e anexos





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

e na Proposta, a CONTRATADA se sujeita à aplicação das penalidades ora previstas:

**Subcláusula Primeira** – O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nesta contratação, garantida a prévia e ampla defesa, sujeita a CONTRATADA à multa moratória consoante o *caput* e §§ do art. 86 da Lei nº 8.666/93, incidentes sobre o valor da contratação, na forma seguinte:

1. Multa de 1% (um por cento), em caso de atraso de até 10 (dez) dias;
2. Multa de 2% (dois por cento), em caso de atraso superior a 10 (dez) dias, até o limite de 20 (vinte) dias;
3. Multa de 3% (três por cento), cumulada com a rescisão do contrato, em caso de atraso superior a 20 (vinte) dias; e
4. Atrasos superiores aos limites estabelecidos nos itens de I a III, caracterizarão a inexecução da obrigação.

**Subcláusula Segunda** – Pela inexecução total ou parcial do serviço objeto deste instrumento, a Administração poderá, nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/1993, garantida o direito do contraditório e da ampla defesa, aplicar à empresa contratada as seguintes penalidades:

1. Advertência;
2. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor contratado;
3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

**Subcláusula Terceira** – As multas e demais sanções previstas não eximem a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração contratante.

**Subcláusula Quarta** - A recusa injustificada do cumprimento das obrigações previstas nesta seção, caracterizará a inexecução total deste instrumento.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Subcláusula Quinta** - Previamente à aplicação de multas moratórias, sendo primária a CONTRATADA e desde que presentes os requisitos definidos na IN TRE-RO n. 004/2008, a Administração poderá aplicar somente a penalidade de Advertência.

**Subcláusula Sexta** - Na aplicação das penalidades aqui previstas, a Administração analisará os aspectos e requisitos traçados pela IN TRE-RO n. 004/2008, podendo, diante da reiteração em descumprimentos das obrigações contratuais, aplicar, de imediato, penalidades mais severas.

**Subcláusula Sétima** - O CONTRATANTE poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas, gerando custos em virtude de eventual aquisição ou contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais.

**Subcláusula Oitava** – No caso de a adjudicatária ou contratada ter valor a receber deste Tribunal e não recolher o valor da multa, eventualmente imposta, dentro de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação, o mesmo será automaticamente descontado da fatura a que fizer jus, atualizado pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic para títulos federais, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) no mês de pagamento. (Art. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e Acórdão TCU n. 1.603/2011).

**Subcláusula Nona** - Caso o valor do pagamento a que fizer jus a CONTRATADA não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei 6.830/80 e art. 6º da IN TRE-RO 05/2009).



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Subcláusula Décima** - De igual modo, caso a CONTRATADA não tenha nenhum valor a receber deste Tribunal, o valor das penalidades aplicadas deverá ser recolhido pela CONTRATADA através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na DAU (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa n. 05/2009/TRE-RO).

**Subcláusula Décima Primeira** - No mesmo ato o responsável será notificado de que a ausência do recolhimento no prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias poderá ensejar sua inscrição no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal - CADIN (Art. 2º, § 2º da Lei 10.522/02).

**Subcláusula Décima Segunda** – Caso a CONTRATADA não recolha o valor informado na GRU no prazo estabelecido neste Contrato, o valor da multa será corrigido pela taxa SELIC e será providenciada a inscrição do débito na DAU (Decisão TCU n. 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01) ou no CADIN.

**Subcláusula Décima Terceira** - A CONTRATADA se submete às sanções deste instrumento, não a eximindo das responsabilidades que lhe são cometidas pela legislação em vigor, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades previstas na Lei n.º 8.666/93, apuradas mediante o devido processo legal.

**Subcláusula Décima Quarta** - Os responsáveis pelas multas e demais obrigações não quitadas e desde que não inscritas na DAU ou no CADIN, poderão ainda ser inscritos no Cadastro Interno de Inadimplentes do TRE-RO – CAI2.

**Subcláusula Décima Quinta** - O procedimento para aplicação de sanções pela CONTRATADA observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Subcláusula Décima Sexta** - Da aplicação de penalidades sempre caberão recursos ou pedido de reconsideração, com procedimento disciplinado pela referida IN- TRE-RO n. 004/08.

**DA RESCISÃO CONTRATUAL**  
**(Artigo 55, VIII e IX, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA NONA** - A presente Carta-Contrato poderá ser rescindida de pleno direito, por inexecução de quaisquer das obrigações estipuladas, sujeitando a CONTRATADA, a exclusivo juízo do CONTRATANTE, à indenização dos prejuízos e multas que resultarem da paralisação dos serviços e às demais consequências previstas na seção “Das Sanções Administrativas” deste instrumento.

**Subcláusula Primeira** – A rescisão contratual poderá ser:

**I** – Por ato unilateral e escrito da administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e demais hipóteses aplicáveis a esta contratação;

**II** - Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo nestes autos, desde que haja conveniência da Administração; e

**III** - Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

**Subcláusula Segunda** – Nos termos do Art. 2º, V c/c o Art. 3º da Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 7, de 18 de outubro de 2005, constitui também causa de rescisão contratual a contratação pela CONTRATADA, na vigência do contrato, de empregados, bem como a admissão em seu quadro societário de pessoas, que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal.

**Subcláusula Terceira** – A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 79 acarretará as consequências previstas no art. 80, inciso IV, da Lei n. 8.666/93, sem prejuízo das demais cominações previstas no mesmo diploma legal.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Subcláusula Quarta** - Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e precedidos de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

**DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

**(Artigo 65 e §§ da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA** – Esta Carta-Contrato poderá ser alterada unilateralmente pela administração Contratante ou por acordo entre as partes nos casos previstos pelo art. 65 da Lei 8.666/93.

**Subcláusula Primeira** – Os preços permanecerão, em regra, invariáveis durante a vigência contratual. Excepcionalmente, porém, o valor deste instrumento poderá ser revisto, consoante dispõe o inciso II, “d”, do Art. 65 da Lei 8.666/93, cabendo à CONTRATADA o ônus da comprovação, de maneira robusta e suficiente.

**Subcláusula Segunda** – A CONTRATADA se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do § 1º, do art. 65, da lei 8.666/93.

**Subcláusula Terceira** – Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite acima estabelecido, salvo no caso de supressão resultante de acordo entre as partes, conforme prevê o § 2º do art. 65 da Lei 8.666/93.

**Subcláusula Quarta** – A CONTRATADA se obriga, ainda, a aceitar, no que for aplicável, as demais regras estabelecidas pela Lei 8.666/93 para as alterações dos contratos administrativos.

**Subcláusula Quinta** – Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão da



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Carta-Contrato, para mais ou para menos, conforme o caso, nos termos do § 5º do Art. 65 da Lei 8.666/93.

**Subcláusula Sexta** – Havendo alteração unilateral da Carta-Contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, o CONTRATANTE deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial, nos termos do § 6º do art. 65 da Lei 8.666/93.

**DA PUBLICAÇÃO**

**(Artigo 61, Parágrafo único, da Lei 8666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** - O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento e, se for o caso, de seus aditamentos, no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**(Artigo 55, XII, da Lei 8666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** - À execução do presente instrumento e aos casos omissos aplicar-se-ão a Lei 8.666/93 (Licitações e Contratos), o Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral e a Instrução Normativa TRE-RO n. 004/08 e, supletivamente, a Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e a Lei 10.406/2002 (Código Civil).

**Subcláusula Única** - Não se aplicam ao objeto do presente instrumento os incisos VI e X do artigo 55 da Lei 8.666/93.

**DO FORO**

**(Artigo 55, § 2º, da Lei 8.666/93)**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA** – Em cumprimento ao art. 55, § 2º da Lei n. 8.666/93, o Foro legal para solucionar questões resultantes da aplicação deste instrumento ou a ele relativas, não resolvidas na esfera administrativa, é o da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho/RO.

E por estarem, CONTRATANTE e CONTRATADA, assim acordados, lavrou-se o presente instrumento, que após lido e achado conforme, foi assinado pelas partes contratantes através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho/RO, 03 de dezembro de 2021.

<b>LIA MARIA ARAÚJO LOPES</b> Pelo Contratante	<b>JULIANO JOSÉ LOPES</b> Pela Contratada
Aldací Souza Mota CPF: 326.504.772-53 Testemunha	Luciano da Silva Santos CPF: 812.434.482-53 Testemunha



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 03/12/2021, às 17:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JULIANO JOSÉ LOPES, Usuário Externo**, em 09/12/2021, às 13:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 09/12/2021, às 14:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO DA SILVA SANTOS, Auxiliar Administrativo(a)**, em 09/12/2021, às 14:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0768672** e o código CRC **5847B0A3**.

0003174-23.2021.6.22.8000

0768672v2

**PROJETO BÁSICO Nº 13/2021 - PRES/DG/SJGI/CJD/SEPM**

**1.INTRODUÇÃO**

Em atendimento ao disposto nos artigos 6º, inciso IX e 7º, § 2º e 9º da Lei n. 8.666/93, elabora-se o presente Projeto Básico, cujo objeto é a contratação de serviços, com inexigibilidade de licitação com a finalidade de auxiliar o procedimento administrativo pertinente à contratação especializada na Prestação de Serviço de Assinatura da Revista RJML DIGITAL Revista JML de Licitações e Contratos, publicada pela empresa MENDES & LOPES, PESQUISA, TREINAMENTO E EVENTOS LTDA., CNPJ 07.777.721/0001-51.

**2.DO OBJETO**

Assinatura anual da RJML DIGITAL, Revista JML de Licitações e Contratos. (Plano 7)1

**2.1. DA DESCRIÇÃO DO OBJETO**

Os Serviços da RJML DIGITAL, Revista JML de Licitações e Contrato são fornecidos pela empresa MENDES & LOPES, PESQUISA, TREINAMENTO E EVENTOS LTDA., CNPJ 07.777.721/0001-51.É titular de exclusividade na edição e comercialização, em todo o território nacional da “Revista JML



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Digital”. Publicação no ISSN, sob o número 2337-664X, o registro da marca “Revista RJML e registro de domínio [revistajml.com.br](http://revistajml.com.br).

(\*) O ISSN (*International Standard Serial Number*), sigla em inglês para Número Internacional Normalizado para Publicações Seriadas, é o código aceito internacionalmente para individualizar o título de uma publicação

seriada. Esse número se torna único e exclusivo do título da publicação ao qual foi atribuído, e seu uso é

padronizado pela ISO 3297 (*International Standards Organization*).

(\*\*) O registro da marca “Revista JML” encontra-se vinculada ao processo:

✓ Nº **900104252**: Classe NCL(8) 16 (*especificações*: jornais, revistas e periódicos). **Data do depósito**:

**30/11/2006; Data da concessão: 06/10/2009; Data da vigência: 06/10/2029. Situação:** Deferimento

do pedido de prorrogação do registro de marca e expedição de certificado de registro (**29/10/2019**).

(\*\*\*) NIC.BR – Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR.

**Para saber mais sobre a revista acessar : [www.revistajml.com.br](http://www.revistajml.com.br).**

### **3.JUSTIFICATIVA**

Revista Digital JML de Licitações e Contratos, de periodicidade trimestral, com conteúdo técnico, jurídico e prático, com as seguintes seções: Doutrina; Coluna Jurídica do Sistema “S”; Síntese Jurídica; Questões Frequentes; Legislação; Comentários às Decisões; Ementários da Jurisprudência dos Tribunais Superiores e de Decisões e Acórdãos do TCU.

A revista está com um novo formato 100% Digital para atender as constantes demandas de pesquisas pelos servidores, principalmente os que prestam assessoria jurídica ou atuam como pregoeiros e gestores.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Tal medida resulta na ampliação do acesso ao conhecimento, em especial pelos servidores das zonas eleitorais do interior do Estado, os quais não desfrutam da facilidade de consulta ao acervo bibliográfico do Tribunal.

A presente contratação permitirá a continuidade de um serviço com crescente aceitação, minimizando, inclusive, o problema fático da barreira física em relação às zonas eleitorais.

### **3.1. DA ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO TRE/RO**

Deve-se registrar, também, em cumprimento ao estabelecido pelo art. 3º da Resolução TSE 23.234/10 e art. 1º, inciso I, da Instrução Normativa MPOG/SLTI nº 5, de 26 de maio de 2017 que a contratação dos serviços aqui definidos vai ao encontro do OBJETIVO ESTRATÉGICO traçado no PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO deste órgão, de aperfeiçoamento da Governança de Tecnologia da Informação, visando garantir confiabilidade, integridade e disponibilidade das informações, dos serviços e sistemas essenciais ao desenvolvimento das atividades do TRE/RO, por meio do incremento e modernização dos mecanismos tecnológicos, controles efetivos dos processos de segurança e de riscos, assim como a otimização de recursos humanos, orçamentários e tecnológicos.

Estratégia adotada: Elaborar proposta orçamentária sempre com o diferencial de projetos inovadores.

Ação Compatível: Promover aquisição de bens e serviços que possuam sempre a melhor relação custo-benefício.

A presente contratação possibilitará que maior número de servidores utilize o acervo da Biblioteca Digital, racionalizando o gasto público, pois, com a ampliação do acesso a doutrina e jurisprudência atualizadas, os servidores poderão alcançar capacitação de qualidade para exercer suas atribuições.

### **3.2. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

De acordo com o Artigo 1º da Resolução CNJ n. 201/2015, os órgãos do Poder Judiciário devem criar unidades ou núcleos socioambientais, com



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

atribuição - entre outras tantas - de especificar ou alterar a especificação já existente do material ou serviço solicitado, observando os critérios e práticas de sustentabilidade, em conjunto com a unidade solicitante (art. 6º, § 4º, II).

Já o novo Decreto Federal n. 10.024/2019, que regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, materializa o Princípio do Desenvolvimento Sustentável, recentemente albergado no art. 3º da Lei n. 8.666/93, observado nas etapas do processo de contratação, em suas dimensões econômica, social, ambiental e cultural, no mínimo, com base nos planos de gestão de logística sustentável dos órgãos e das entidades.

De acordo com o art. 6º da IN MPOG n. 001/2010-SLTI, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na contratação de execução de serviços pela Administração Pública Federal direta, na contratação de serviços, a Administração Pública poderá exigir critérios de sustentabilidade ambiental.

Em razão do objeto deste PB e para cumprimento dessas normas, será exigido da contratada que utilize, desde que possível, exclusivamente a via digital para envio de formulários, correspondências e todos os demais documentos decorrentes da execução do contrato.

### **4. DO ENQUADRAMENTO DOS SERVIÇOS PARA FINS DE CONTRATAÇÃO- INEXIGIBILIDADE**

De acordo com a certidão de exclusividade expedida pela SESCOAP PR – SINDICATO DAS EMPRESAS DE SERVIÇOS CONTÁBEIS, E DAS EMPRESAS DE ASSESSORAMENTO, PERÍCIAS, E INFORMAÇÕES E PESQUISAS DO ESTADO DO PARANÁ, juntada no **evento (0754069)**. No exercício da competência conferida pelo art. 25, I, da Lei nº 8.666/93, atestamos, para os devidos fins, conforme requerimento dirigido a esta entidade sindical e através dos documentos apresentados e abaixo indicados (\*/\*/\*/\*/\*), que a empresa MENDES & LOPES PESQUISA, TREINAMENTO E EVENTOS LTDA. (GRUPO JML), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.777.721/0001-51, sediada na Rua Mandaguçu, 534, sobreloja, Bairro Emiliano Perneta, CEP 83.324-430, Pinhais, Estado do Paraná, goza de exclusividade na edição e comercialização, em todo o território nacional, da “REVISTA RJML” DIGITAL

**4.1** A proponente comprovou as condições mínimas para contratar com a Administração pública por meio dos seguintes documentos:



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1. Certidão Negativa de Débito de Tributos Federais ([0754071](#));
2. Certidão Negativa de débito e Tributos Municipais ([0750730](#));
3. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ([0754078](#));
4. Declaração de Exclusividade ([0754069](#));
5. Certidão negativa de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade - CNJ - ([0754080](#));
6. Certificado de Regularidade do FGTS - ([0754076](#))
7. Certidão Negativa de Débito Estadual ([0754072](#))
8. Certidão Negativa do Tribunal de Contas da União ([0754084](#))
9. Certidão Negativa de Falência, Concordata e Recuperação Judicial e Extrajudicial ([0754079](#))
10. Certidão Negativa do SICAF ([0754075](#))

**4.2** Ante a comprovação da exclusividade na prestação dos serviços e da regularidade mínima da empresa para contratar com a Administração Pública, entende-se que a assinatura dos serviços poderá ser realizada de forma direta, por inexigibilidade de licitação, nos termos do que dispõe o art. 25 da Lei n. 8.666/93.

## **5. DO VALOR**

O valor anual RJML de Licitações e Contratos Digital, objeto deste Projeto Básico, é de R\$ 1.200,00 ( Mil e duzentos reais) Assinatura do Plano 7 com 10% de desconto na proposta.

Proposta de Assinatura RJML de Licitações e Contratos Digital é - 12 (doze) meses a partir da data de habilitação do plano.

### **5.1. DA COTAÇÃO DE PREÇOS PRATICADOS NO MERCADO**

Conforme documento incluso nos eventos 07) 07 e 07 os preços contratados com outras entidades públicas são os seguintes: (em pesquisa)

- 1) Tribunal de Contas do Distrito Federal, no valor de R\$ 1.200,00; ([0751578](#))

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2) Câmara Municipal de Porto Alegre, no valor de R\$ 1.200,00;([0751579](#))

3) Senado Federal, no valor de R\$ 1.200,00.([0751580](#))

Dessa forma, a proposta comercial apresentada se coaduna com os preços praticados no mercado.

**5.2 DA ADERÊNCIA ORÇAMENTÁRIA**

A contratação da assinatura da RJML de Licitações e Contratos possui previsão no orçamento desta unidade para o exercício de 2021, devendo a despesa ser custeada pelo orçamento ordinário, conforme demonstrativo abaixo:

<b>FONTE ORÇAMENTÁRIA</b>	
CATEGORIA (TIPO DE ORÇAMENTO)	Ordinário
AGREGADOR	Operação dos Serviços Administrativos
DESPESA AGREGADA	Assinaturas de Periódicos e Anuidades
PLANO INTERNO	AOSA ASSINA
VALOR ESTIMADO	R\$ 1.200,00

**6. DADOS DA EMPRESA**

MENDES & LOPES PESQUISA, TREINAMENTO E EVENTOS LTDA,  
CNPJ nº 07.777.721/0001-51.

Endereço: Rua Mandaguaçu, 534 – Sobre Loja – Bairro Emiliano Pernetá –  
CEP 83324-430 - Pinhais – PR.

Telefones: 41 3595 9999/9993

Representante da empresa: Carol Rufino. Telefone 41 3595 9994  
(atendimento direto) e Fax 41 3595 9953.

Portal: [www.jmleventos.com.br](http://www.jmleventos.com.br)



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Dados bancários: Caixa Econômica Federal (104), Agência 0997, Op. 003, Conta Corrente 161-5.

### **7. DA CARTA-CONTRATO**

7.1. O prazo da contratação almejada será de 12 (doze) meses, após a assinatura da carta-contrato podendo ser prorrogado, a fim de garantir ou assegurar direitos da Administração contratante, sem prejuízo do prazo de garantia do objeto.

7.2. A adjudicatária será formalmente convocada para assinatura de carta-contrato, conforme dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93.

7.3 Para efetivar a contratação, a adjudicatária deverá assinar o instrumento de carta-contrato, por meio do SEI (Sistema Eletrônico de Informações), no prazo de até 02 (dois) dias úteis, contados da data de disponibilização no sistema para tal.

7.4 À relação contratual, além das disposições previstas neste instrumento, aplicam-se o disposto na Lei n. 8.666/93 e suas alterações subsequentes, o Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral e a Instrução Normativa TRE/RO n. 004/08 e supletivamente, a Lei n. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e as regras do Código Civil brasileiro.

7.5 Como condição para a elaboração da Carta-Contrato a adjudicatária deverá apresentar regularidade junto ao SICAF e, caso não comprove, deverá exhibir, no prazo fixado para sua assinatura, certidões comprovando a regularidade de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e do Conselho Nacional de Justiça.

7.6 A Administração utilizará a remessa por e-mail de arquivo eletrônico contendo o inteiro teor da Nota de Empenho e do seu Termo de Recebimento para impressão, assinatura e devolução pela adjudicatária, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis contados da confirmação do recebimento do e-mail pela adjudicatária.

7.7 A adjudicatária poderá retirar a Nota de Empenho, mediante assinatura do Termo de Recebimento, diretamente na Seção de Contratos, na sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

7.8 Apenas em função da total impossibilidade da utilização de e-mail, far-se-á a remessa por via postal da Nota de Empenho de Despesa e do Termo de Recebimento para assinatura e devolução pela adjudicatária.

7.9 O descumprimento injustificado pela adjudicatária das obrigações estabelecidas neste capítulo implicará a decadência do direito à contratação (art. 64 da Lei n. 8.666/93) - sujeitando-se, também, à multa de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor adjudicado (art. 62, § 2º c/c 81 da Lei n. 8.666/93).

## **8. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

### **8.1 OBRIGA-SE A CONTRATADA**

8.1.1. Cumprir fielmente o contrato, de modo que os produtos sejam fornecidos conforme proposta comercial, ressalvado ao contratante o direito de, a qualquer tempo e sempre que julgar necessário, proceder à análise dos produtos fornecidos, ficando o ônus a cargo exclusivo da contratada.

8.1.2. Disponibilizar suporte técnico, de segunda a sexta-feira, de 8 às 18 horas (horário de Brasília), objetivando a resolução e o esclarecimento de problemas e dúvidas quanto ao conteúdo contratado.

8.1.3. Responsabilizar-se por todas as obrigações e todos os encargos decorrentes das relações de trabalho com os profissionais contratados, previstos na legislação pátria vigente, sejam de âmbito trabalhista, previdenciário, social, securitários, bem como com as taxas, impostos.

8.1.4. Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação, devendo comunicar ao TRE/RO, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a execução do contrato.

8.1.5. Informar imediatamente ao TRE/RO a ocorrência de qualquer problema técnico que venha ocasionar a indisponibilidade do produto objeto do contrato.

8.1.6. Não transferir ou subcontratar, no todo ou em parte, o objeto contratado, sendo igualmente vedado transferir ou ceder a terceiros o crédito respectivo,



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ficando obrigada, perante o contratante, pelo exato e fiel cumprimento das obrigações contratuais estabelecidas neste instrumento.

8.1.7. Assumir total responsabilidade por quaisquer ônus decorrentes de marcas, registros e patentes, relativos ao objeto do fornecimento do bem contratado.

8.1.8 Fornecer senha personalizada para acesso on-line dos conteúdos das publicações via internet durante a vigência do contrato.

8.1.09. Encaminhar a senha de acesso exclusivo à Chefia da Seção de Editoração, Publicação e Memória Eleitoral do TRE/RO, a quem competem às funções de gestão e fiscalização do contrato.

8.1.10. Manter-se regular perante a Fazenda Pública Federal, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Justiça do Trabalho, além de manter-se apta para obtenção de certidão NEGATIVA junto ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça, durante o período contratual.

## **8.2. OBRIGA-SE O CONTRATANTE**

8.2.1. Proceder aos pagamentos nos termos especificados no contrato.

8.2.2. Fornecer, a qualquer tempo e com a máxima presteza, mediante solicitação escrita da contratada, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-la em todos os casos julgados necessários.

8.2.3. Notificar a contratada de qualquer irregularidade observada na execução do contrato, fixando-lhe prazo para corrigi-la, sendo a reincidência passível de aplicação das sanções previstas no item dez deste projeto básico.

8.2.4. Rejeitar o fornecimento efetivado em desacordo com o previsto no contrato.

8.2.5. Promover o recebimento definitivo, por meio da Seção de Editoração, Publicação e Memória Eleitoral do TRE/RO, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da disponibilização “on line” do periódico, e a disponibilização das senhas para dez acessos simultâneos, se atendidas todas as exigências.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **9. DO PAGAMENTO**

9.1. O contratante efetuará o pagamento em parcela única, no valor informado no item 5, mediante ordem bancária - ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras – através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, em até 05 (cinco) dias úteis, contados da data de apresentação da fatura/nota fiscal, regularmente certificada pela Seção de Editoração, Publicação e Memória Eleitoral do TRE/RO, aplicadas as retenções legais.

9.2. A fatura/nota fiscal só poderá ser emitida após o início da prestação de serviço contratado.

9.3. No ato do pagamento, a contratada deverá ter a situação de regularidade perante a Fazenda Pública Federal, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Justiça do Trabalho, além de certidão NEGATIVA junto ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça.

9.4. Nenhum pagamento será efetuado à contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento ou realinhamento de preços.

9.5. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

$I = \text{Índice de compensação financeira} = 0,00016438$ , assim apurado:

$I = i/365$  onde  $i$  = taxa percentual anual no valor de 6%

9.6. A compensação financeira prevista no item anterior será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

## **10. DAS PENALIDADES**

10.1. O descumprimento injustificado das obrigações estabelecidas, garantida a ampla e prévia defesa, sujeita a contratada à multa moratória consoante o caput e §§ do art. 86 da Lei nº 8.666/93, incidentes sobre o valor do contrato, na forma seguinte:

I - multa de 1% (um por cento), em caso de atraso de até 10 (dez) dias;

II - multa de 2% (dois por cento), em caso de atraso superior a 10 (dez) dias, até o limite de 20 (vinte) dias;

III - multa de 3% (três por cento), cumulada com a rescisão do contrato, em caso de atraso superior a 20 (vinte) dias.

IV - atrasos superiores aos limites estabelecidos nos itens de I a III, caracterizarão a inexecução da obrigação.

10.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto contratado, a Administração-Contratante poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

10.3. As multas previstas nesta seção não eximem a contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração-Contratante.

10.4. Se a adjudicatária ou contratada não recolher o valor da multa, eventualmente imposta, dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação, o mesmo será automaticamente descontado da fatura a que fizer jus, atualizado pela SELIC, com fundamento nos arts. 29 e 30 da Lei nº 10.522/2002 e Acórdão TCU 1.603/2011. Caso a mesma não tenha nenhum valor a receber deste Tribunal, seus dados serão encaminhados ao órgão



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

competente para que seja inscrita na dívida ativa da União (Decisão TCU nº 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01).

10.5. O valor da multa ou condenação aplicada será recolhido por meio de GRU, à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei 6.830/80);

10.6. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária ou contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração contratante.

10.7. Os procedimentos a serem adotados em cada penalidade estão descritos no Capítulo VI – Das Sanções Administrativas da Instrução Normativa nº 004/2008 – TRE/RO.

## **11. DA FISCALIZAÇÃO E DA GESTÃO**

11.1 A Seção de Editoração, Publicação e Memória Eleitoral do TRE/RO será a unidade responsável pela fiscalização do contrato, incluindo a certificação da nota fiscal.

11.2. A gestão do contrato será realizada pelo (a) titular da Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação do TRE/RO, ou por quem o (a) substituir, cabendo-lhe, nessa condição, as atribuições previstas na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008.

11.3. A atuação, ou a eventual omissão da fiscalização durante a realização dos trabalhos, não poderão ser invocados para eximir a contratada da responsabilidade pela prestação dos serviços.

11.4. A comunicação entre a fiscalização e a contratada será realizada através de correspondência oficial e anotações, utilizando-se mensagens eletrônicas (e-mails) e Correios.

11.5. O recebimento provisório dar-se-á pela Seção de Editoração, Publicação e Memória Eleitoral deste Tribunal, quando da entrega da Nota Fiscal contendo os serviços prestados e, definitivamente, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento provisório.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

## **12. ANEXOS**

São anexos deste Projeto Básico:

1. Proposta comercial ([0754067](#))
2. Declaração de exclusividade ([0754069](#))
- 3.. Certidão negativa de débitos trabalhistas ([0754078](#))
4. Certidão negativa de débito de tributos federais ([0754071](#))
5. Certificado de regularidade do FGTS ([0754076](#))
6. Certidão Negativa de débito e Tributos Municipais ([0754073](#));
7. Certidão negativa de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade - CNJ - ([0754080](#));
8. Certidão Negativa de Débito Estadual ([0754072](#))
9. Certidão Negativa do Tribunal de Contas da União ([0754084](#))
10. Certidão Negativa de Falência, Concordata e Recuperação Judicial e Extrajudicial (0745632)
11. Certidão Negativa do SICAF ([0754075](#))



Documento assinado eletronicamente por **MARTA DE LUCIA SILVA SOUZA, Chefe de Seção**, em 28/10/2021, às 16:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0756066** e o código CRC **66C2E62D**.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

---

0003174-23.2021.6.22.8000

PROCESSO: 0003174-23.2021.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE EDITORAÇÃO, PUBLICAÇÃO E  
MEMÓRIA ELEITORAL

ASSUNTO: Análise – inexigibilidade - Contratação de empresa detentora de fornecimento exclusivo da assinatura da Revista JML de Licitações e Contratos.

**PARECER JURÍDICO Nº 219 / 2021 - PRES/DG/AJDG**

**I – RELATÓRIO**

**01.** Trata-se de processo administrativo mediante o qual a Seção de Editoração, Publicação e Memória Eleitoral (**SEPM**) busca a contratação de publicação da empresa **MENDES & LOPES, PESQUISA, TREINAMENTO E EVENTOS, CNPJ 07.777.721/0001-51** para o fornecimento da assinatura - **Revista JML de Licitação e Contratos** ([0744126](#)).

**02.** Para atestar a habilitação e regularidade da empresa, juntou-se a Proposta da Revista JML de Licitações e Contratos ([0754067](#)), Certidão de Exclusividade ([0754069](#)), Certidão Negativa de Débitos Tributário e de Dívidas Ativas Estadual ([0754072](#)), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ([0754078](#)), Certidão Negativa TCU ([0754084](#)), Certidão do CNJ ([0754080](#)), Certidão Positiva com Efeito de Negativa Municipal ([0754073](#)), Certidão de Regularidade do FGTS ([0754076](#)) e Certidão Negativa Federal ([0754071](#)).

**03.** O valor da contratação foi obtido por meio de pesquisa de preços em órgãos públicos com o mesmo objeto que se quer contratar – Tribunal de Contas do Distrito Federal ([0751578](#)), Câmara Municipal de Porto Alegre ([0751579](#)) e Senado Federal ([0751580](#)), conforme Informação Conclusiva do Valor Estimado ([0756017](#)).





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**04.** A solicitação de contratação dirigida ao Secretário da SAOFC veio aos autos pelo evento 0756000 e o Estudo Técnico Preliminar para a inexigibilidade consta no evento [0747443](#).

**05.** No Projeto Básico 13 ([0756066](#)), consta a descrição detalhada do objeto, justificativa, planejamento estratégico, critérios de sustentabilidade ambiental, valor da contratação, aderência do orçamento, obrigações das partes, sanções, pagamento, gestão e fiscalização.

**06.** Recepcionado os autos na SAOFC, o secretário direcionou à **COMAP** para análise do Projeto Básico e seus anexos, à **COFC** para programação orçamentária dessa possível despesa e **concomitantemente**, à **SECONT** para elaborar minuta do instrumento contratual e, após, à **AJDG** para análise e emissão de parecer jurídico. Por fim, solicita o secretário o retorno dos autos ao Gabinete da SAOFC, para elaboração de Manifestação ([0753198](#)).

**07.** A Coordenadoria de Material e Patrimônio – unidade responsável pela avaliação de projeto básico e termo de referência – nos termos do item V do art. 17 da Instrução Normativa TRE n.004/08, em sua Análise do Projeto Básico n. 118/2021 ([0757880](#)), concluiu pela regularidade do PB supracitado e seus anexos complementado pela proposta da empresa, por se encontrar em consonância com as normas gerais de contratação, estabelecidas pelo art. 6º, inciso IX, art. 7º, inciso I e art. 14, todos da Lei n. 8.666/93. Ainda, manifestou pela adjudicação do objeto à proponente, no ato de aprovação do PB, pela autoridade superior.

**08.** A COFC procedeu a Programação Orçamentária no valor de **R\$ 4.500,00** ([0758862](#)), indicando o Plano Interno ADM ASSINA e o Pré-Empenho n. 2021ND000642, para custear a despesa, oportunidade em que a unidade informou que *a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro, com a proposta orçamentária 2021 registrada no processo nº [0000058-43.2020.6.22.8000](#)*.

**09.** Por fim, a SECONT elaborou a minuta da Carta-contrato ([0759178](#)). Assim instruídos, vieram os presentes autos para análise da Assessoria Jurídica da Diretoria Geral ([0759179](#)). **É o necessário relato.**

## **II - CONSIDERAÇÕES INICIAS**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**10.** Inicialmente, necessário consignar que somente nesta oportunidade foi possível concluir a emissão deste parecer em face de vários fatores como: férias de assessores jurídicos, apenas um assessor jurídico para exames de todos os processos na área administrativa, acúmulo de serviço nesta unidade, existência de outras matérias que demandavam maior urgência como por exemplo as relacionadas a obra de escoramento do prédio sede e as contratações emergenciais devido ao destelhamento do prédio sede ocorrido no dia 29/10/21 durante uma tempestade, e também a participação em comissões com eventos agendados no período.

### **III – ANÁLISE JURÍDICA**

**11.** Inicialmente, importante esclarecer quando é possível a aquisição por inexigibilidade, baseada no art. 25 da Lei nº 8.666/93:

Art. 25. **É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição**, em especial:

I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes;

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

§ 1º Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa (...) (negritou-se)

**12.** Nesse sentido, o **Manual de Licitações & Contratos**, de autoria do Tribunal de Contas da União, assim estabelece:

Na dispensa de licitação a lei desobriga o administrador de fazer o procedimento licitatório, mesmo quando a competição mostrar-se possível, enquanto que na inexigibilidade, a licitação é impossível pela inviabilidade de competição ou desnecessária. A licitação impossível pela inviabilidade de competição caracteriza-se por haver apenas um determinado objeto ou pessoa que atende às necessidades da administração contratante. (Manual de Licitações & Contratos, TCU, pág. 229).



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**13.** Como há nos autos certidão do SESCAPP – Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis, e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado do Paraná, atestando que a empresa **MENDES & LOPES PESQUISA, TREINAMENTO E EVENTOS LTDA. (JML)** goza de exclusividade na edição e comercialização, em todo território nacional da “Revista JML”, (versão impressa e on-line) ([0754069](#)), entende-se que a contratação poderá enquadrar-se na hipótese de **inexigibilidade de licitação** descrita no **art. 25, caput, da Lei n. 8.666/93**, visto que demonstrada a impossibilidade material do desencadeamento de competição, em especial por tratar-se de empresa fornecedora exclusiva, comprovada a exclusividade por atestado fornecido por Sindicato da entidade equivalente. Veja-se:

**Acórdão 125/2005 Plenário:** Não efetue aquisições e contratações por inexigibilidade de licitação quando houver viabilidade de competição, e também nos casos em que houver apenas exclusividade de marca e não exclusividade do produto de interesse da empresa.

**14.** Verifica-se que a certidão do FGTS está vencida desde 05/09/2021 ([0754076](#)), bem como o Atestado de Exclusividade juntado aos autos no evento [0754069](#). Assim, faz-se necessário regularizar tais documentos para que seja efetuada a contratação em comento.

**15.** Por sua vez, o Projeto Básico juntado ([0756066](#)) contém os elementos mínimos previstos no inciso IX do artigo 6º da Lei 8.666/93, motivo pelo qual **pode ser apresentado a autoridade competente para APROVAÇÃO, se assim entender**, em cumprimento do disposto no inciso I do § 2º do art. 7º do referido diploma legal.

## **IV – CONCLUSÃO**

**16.** Nesses termos, conclui-se que a contratação solicitada pela Seção de Editoração, Publicação e Memória Eleitoral – SEPM, poderá ser processada diretamente com a empresa **MENDES & LOPES, PESQUISA, TREINAMENTO E EVENTOS, CNPJ 07.777.721/0001-51**, já que configurada a situação de inexigibilidade de licitação prevista art. 25, **caput**, da Lei nº 8.666/93, bastando para tanto o atendimento aos apontamentos do item 13 deste opinativo.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

17. Com relação a minuta de Carta-Contrato juntada no evento [0759178](#), o referido instrumento encontra-se em conformidade com as regras da Lei nº 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação. Para cumprimento do artigo 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, esta Assessoria Jurídica **APROVA** os termos da referida minuta.

18. Por fim, alerta-se para a necessária **ratificação da despesa pela autoridade competente** e a **dispensa de publicação do ato na imprensa oficial**, em razão do valor, balizado pelo limite fixado no artigo 24, inciso II, da Lei 8.666/93 (**Acórdão TCU 1336/2006-Plenário**), o qual, contudo, em cumprimento ao Princípio da Publicidade dos atos administrativos, deverá ser publicado no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral - DJE.

À consideração da autoridade superior.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 29/11/2021, às 10:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0765992** e o código CRC **368B55D3**.

0003174-23.2021.6.22.8000

PROCESSO: 0003174-23.2021.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE EDITORAÇÃO, PUBLICAÇÃO E  
MEMÓRIA ELEITORAL



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ASSUNTO: Inexigibilidade - Contratação de empresa detentora de fornecimento exclusivo da assinatura da Revista JML de Licitações e Contratos.

**DESPACHO Nº 1654 / 2021 - PRES/DG/GABDG**

Trata-se de processo administrativo iniciado pela Seção de Editoração, Publicação e Memória Eleitoral - SEPM, visando a contratação de publicação da empresa MENDES & LOPES, PESQUISA, TREINAMENTO E EVENTOS, CNPJ 07.777.721/0001-51, para o fornecimento da assinatura do periódico Revista JML de Licitação e Contratos ([0744126](#)).

Para instruir os autos, juntou-se o estudo técnico preliminar para dispensas e inexigibilidades de licitação ([0747443](#)); solicitação de contratação ([0756000](#)); informação conclusiva sobre o valor estimado da licitação ([0756017](#)); e o projeto básico ([0756066](#)), que estima o valor anual da contratação em R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais), nos termos do item 5 ([0756066](#)).

Para atestar a habilitação e regularidade da empresa, juntou-se a Proposta da Revista JML de Licitações e Contratos ([0754067](#)), Certidão de Exclusividade ([0754069](#)), Certidão Negativa de Débitos Tributário e de Dívidas Ativas Estadual ([0754072](#)), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ([0754078](#)), Certidão Negativa TCU (0754084), Certidão do CNJ (0754080), Certidão Positiva com Efeito de Negativa Municipal ([0754073](#)), Certidão de Regularidade do FGTS ([0754076](#)) e Certidão Negativa Federal ([0754071](#)).

A COMAP, em análise do projeto básico, complementado pela proposta comercial juntada no evento [0754067](#), concluiu que aquele encontra-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas, podendo a contratação de seu objeto ser processada por meio de contratação direta com inexigibilidade de licitação. Ademais, manifestou-se favorável à adjudicação do objeto à referida empresa, com a ressalva de que a certidão da FGTS se encontra vencida e deverá ser atualizada ([0757880](#)).

A COFC juntou aos autos a Programação Orçamentária [0758862](#), registrando que a despesa pretendida está adequada orçamentária e financeiramente com a LOA, PPA e LDO referentes a este exercício financeiro.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

A SECONT elaborou minuta de carta-contrato ([0759178](#)) e encaminhou os autos à Assessoria Jurídica desta Diretoria-Geral para análise, a qual, em análise, aprovou os seus termos, para fins de cumprimento do artigo 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93; concluiu que a contratação solicitada poderá ser processada diretamente com a empresa, já que configurada a situação de inexigibilidade de licitação prevista art. 25, *caput*, da lei nº 8.666/93; bem como alertou para a necessária ratificação da despesa pela autoridade competente e a dispensa de publicação do ato na imprensa oficial, em razão do valor, o qual, contudo, deverá ser publicado no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral - DJE, em cumprimento ao princípio da publicidade dos atos administrativos ([0765992](#)).

Por sua vez, a SAOFC reconheceu a situação de inexigibilidade de licitação e se manifestou pela aprovação do ETP e do PB; regularidade da informação conclusiva do valor estimado; autorização da despesa de forma direta por inexigibilidade de licitação; contratação direta da empresa, desde que haja atualização prévia dos documentos de habilitação antes da efetivação da contratação; publicação da ratificação apenas no DJE ([0766094](#)).

Cumpre registrar que o presente procedimento adota as regras da Lei nº 8.666/93, ainda vigente, tendo em vista que a *novel* Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Lei nº 14.133, publicada em 1º de abril de 2021, tem em seu artigo 191 c/c 193, a permissão para a utilização da lei geral de licitações anterior até o decurso do prazo de 02 (dois) anos, contados da data de sua publicação, momento este - 1º/04/2023.

Compulsando os autos, verifica-se que há inviabilidade de competição para a contratação pretendida por ausência de mercado concorrencial, uma vez que a empresa MENDES & LOPES, PESQUISA, TREINAMENTO E EVENTOS LTDA é a única distribuidora da Revista JML de Licitações e Contratos, conforme certidão de exclusividade expedida pelo SESCAPP - Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis, e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado do Paraná ([0754069](#)). Portanto, conclui-se que a contratação se enquadra na hipótese de inexigibilidade de licitação descrita no *caput* do artigo 25 da Lei Geral de Licitações e Contratos.

Pelo exposto, com base nas atribuições de competências delegadas pelo artigo 1º, inciso I, da Portaria nº 66/2018, RATIFICO a inexigibilidade reconhecida pela SAOFC, descrita no art. 25, *caput*, da Lei de Licitações e Contratos e, por consequência:





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**I - Aprovo o ETP ([0747443](#)) e o Projeto Básico 13 ([0756066](#))**, uma vez que possui os elementos mínimos essenciais definidos no inciso IX e alíneas, do artigo 6º, no art. 7º, inciso I e no art. 14 da Lei n. 8.666/93;

**II - Aprovo a informação conclusiva sobre o valor estimado da licitação**, de evento nº [0756017](#), em cumprimento a item 21.3 do Anexo II da Resolução do CNJ nº. 215 e ao Acórdão TCU nº. 2622/2015 – Plenário;

**III - Autorizo a despesa, de forma direta, por inexigibilidade de licitação**, com fundamento no art. 25, *caput*, da lei nº 8.666/93;

**IV - Adjudico o objeto à empresa MENDES & LOPES, PESQUISA, TREINAMENTO E EVENTOS LTDA**, CNPJ 07.777.721/0001-51, e **autorizo a emissão de Nota de Empenho no valor de R\$ 1.200,00** (um mil e duzentos reais) em seu favor, condicionada à atualização prévia dos documentos de habilitação; e

**V - Determino a publicação do ato de ratificação** no DJE deste Tribunal, com fundamento no Acórdão TCU 1336/2006 – Plenário e em homenagem ao princípio da publicidade.

À SAOFC para a continuidade dos procedimentos necessários à efetivação da contratação pretendida, com atenção especial ao item 14 do Parecer Jurídico AJDG [0765992](#), o qual solicita atualização da certidão do FGTS juntada nos autos.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 29/11/2021, às 18:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0766362** e o código CRC **66BED47A**.





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos